



MULHERES NEGRAS IDENTIDADE E PERFORMATIVIDADE NA EDUCAÇÃO SUPERIOR¹

Átila Maria do Nascimento Corrêa | UFGD/GEPRAFE
Eugenia Portela de Siqueira Marques | UFMS/GEPRAFE
Aline Anjos da Rosa | UFGD/GEPRAFE
Silvana Ferreira Gomes Maciel | SEMED

RESUMO:

Esse estudo apresenta uma discussão sobre mulheres negras, identidade e performatividade na educação superior, foi utilizado o recorte de gênero e raça visto que existem poucas pesquisas relacionadas a essa temática. As ações afirmativas contribuem para o acesso dessas mulheres ao espaço universitário, porém ele permanece de predominância branca e masculina. A pesquisa então busca evidenciar os aspectos identitários relacionados a esse acesso, como a construção da identidade e discutir conceitos como o de colonialidade, racismo estrutural e performatividade. Buscou-se identificar espaços que de alguma maneira tivessem relação com o fortalecimento identitário dentro do espaço acadêmico e programas voltados para esse recorte de gênero e raça nas instituições de educação superior. Os dados apresentados são da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) e da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) sendo obtidos por meio de um levantamento dos documentos institucionais. Ao fazer essa investigação foi evidenciado que as mulheres negras ao ingressar nesse espaço enfrentam um preconceito duplo, o racismo e o sexismo dentro da academia. Como espaços de fortalecimento foram encontrados o Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (NEABi/UFMS) e o Núcleo de Estudos Afro-brasileiros (NEAB/UFGD). Também foram encontrados alguns programas voltados para esse recorte que possuem um papel similar em outras universidades.

Palavras-chave: Educação Superior. Mulher Negra. Identidade Negra. Ações Afirmativas.

¹Este artigo é parte da pesquisa de conclusão de Mestrado denominada “Acesso de mulheres negras nos cursos de graduação das Universidades Federais de Mato Grosso do Sul” (2014-2018).



BLACK WOMEN IDENTITY AND PERFORMATIVITY IN HIGHER EDUCATION

ABSTRACT:

This study presents a discussion about black women, identity and performativity in higher education, we used the cut of gender and race since there is little research related to this theme. Affirmative action contributes to the access of these women to the university space, but it remains predominantly white and male. The research then seeks to highlight the identity aspects related to this access, such as the construction of identity and discuss concepts such as coloniality, structural racism, and performativity. We sought to identify spaces that were somehow related to the strengthening of identities within the academic space and programs focused on gender and race in higher education institutions. The data presented are from the Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) and the Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), obtained through a survey of institutional documents. In doing this investigation it was evident that black women when entering this space face a double prejudice, racism and sexism within the academy. As spaces of empowerment the Nucleus of Afro-Brazilian and Indigenous Studies (NEABi/UFMS) and the Nucleus of Afro-Brazilian Studies (NEAB/UFGD) were found. We also found some programs focused on this issue that play a similar role in other universities.

Keywords: Higher Education. Black Woman. Black Identity. Affirmative Actions.

INTRODUÇÃO

O recorte racial e de gênero foi escolhido haja vista que a educação formal sempre foi uma das bandeiras centrais das reivindicações dos movimentos negros, considerando as diferenças de escolarização entre brancos e negros uma realidade histórica no Brasil. O estudo “Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil”, do IBGE, mostra que em 2018 a taxa de analfabetismo entre a população negra era de 9,1%, cerca de cinco pontos percentuais superiores à da população branca, de 3,9%. Conforme a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD), também



do IBGE, o percentual de jovens negros fora da escola chegava a 19%, enquanto a de jovens brancos era de 12,5%.

Até a década de 1990, a inserção de negros/as, na educação superior não constava na agenda oficial brasileira e o debate foi ampliado na realização da Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, de Durban, em 2001.

Os princípios estabelecidos por aquela conferência fomentaram as discussões, já iniciadas pelo movimento negro sobre a urgência da elaboração de políticas de ação afirmativa, visando à promoção da igualdade para a população negra no Brasil e o acesso à educação superior pública (MARQUES, 2010).

Na educação superior pública identifica-se que diversas universidades implementaram algum tipo de critério específico para já garantir o acesso de pretos, pardos e indígenas na educação superior, antes da promulgação da Lei n.º 12.711/12 de 29 de agosto de 2012. A Lei prevê a reserva de vagas para os autodeclarados pretos, pardos e indígenas, em proporção no mínimo igual à de pretos, pardos e indígenas na população da unidade da federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Cabe salientar que as cotas não são exclusivas para negros (pretos e pardos), pois se define que, no sistema de cotas, metade das vagas deverá ser preenchida por estudantes com renda familiar mensal, por pessoa, igual ou menor a 1,5 salários-mínimos e a outra metade com renda maior que 1,5 salários-mínimos. Dentro de cada categoria de renda, disponibilizam-se vagas reservadas para pretos, pardos, índios e, a partir de 2017, para pessoas com deficiência. A distribuição das vagas da cota racial e deficiência é feita conforme a proporção de índios, negros, pardos e pessoas com deficiência da unidade da federação onde está situado o campus da universidade, centro ou Instituto Federal, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).



Nos primeiros anos de vigência da Lei, o único documento necessário para comprovar a raça era a autodeclaração. No entanto, algumas universidades criaram comissões para avaliar a autodeclaração e evitar fraudes, considerando que em algumas universidades essas irregularidades foram detectadas por denúncias. No final de 2016, as pessoas com deficiência passaram a ser beneficiadas pela Lei, necessitando também assinar uma autodeclaração e, caso a instituição julgasse necessário, apresentar um laudo médico.

RACISMO E ACESSO À EDUCAÇÃO

A reminiscência do pensamento colonial racista no Brasil se apresenta em todas as esferas da vida cotidiana, essa imposição, de acordo com Mbembe (2018) representa a tentativa de um projeto que tinha como finalidade “inscrever os colonizados no espaço da modernidade”, mas sua “vulgaridade”, a brutalidade tão habitualmente desenvolvida em sua má-fé fizeram do colonialismo um exemplo perfeito de antiliberalismo. Essa colonialidade teria como finalidade apenas reforçar o racismo e a discriminação racial.

Ao discutir o colonialismo, Quijano (2005) traz o conceito de colonialidade do poder e suas ramificações na modernidade de maneira que a modernidade também foi colonial desde seu momento inicial e permanece, uma vez que seu padrão de contínua, ou seja, negros e índios não podiam ter parte nos meios de controle de produção, das instituições nem dos mecanismos de autoridade pública, logo que:

Não é, pois, um acidente que tenhamos sido, por enquanto, derrotados em ambos os projetos revolucionários, na América e em todo o mundo. O que pudemos avançar e conquistar em termos de direitos políticos e civis, numa necessária redistribuição do poder, da qual a descolonização da sociedade é a pressuposição e ponto de partida, está agora sendo arrasado no processo de reconcentração do controle do poder no capitalismo mundial e com a gestão dos mesmos responsáveis pela colonialidade do poder. Conseqüentemente, é tempo de aprendermos a nos libertar do espelho eurocêntrico onde nossa imagem é sempre, necessariamente, distorcida. É tempo, enfim, de deixar de ser o que não somos (QUIJANO, 2005, p.138-139).



Ao tratar da colonialidade do poder Quijano (2005), destaca a necessidade da libertação dos moldes eurocêntricos que além de criar essa colonialidade também acaba por distorcer a imagem de quem somos, o ponto de partida seria então o pressuposto ponto de partida para esse rompimento.

Munanga (1996), traz uma diferenciação dos dois tipos de racismo ao tratar de como esse é desenvolvido nas relações, o primeiro é o racismo que é explícito, institucionalizado e com consentimento do poder público e que por vezes é acompanhado de hostilidades e até mesmo da morte física do outro, o segundo é o racismo “silenciado” que se apresenta, como citado por Florestan Fernandes no “preconceito de se ter preconceito racial”.

Esse racismo “silenciado” é característico do Brasil, um país onde se reproduz essa negação de sua existência, ignorando que sua representação esteja atrelada a violência policial e exclusão para os negros no país em diversas esferas da vida social, ou seja ao questionar essa interiorização da discriminação racial o autor chega à conclusão:

A explicação mais plausível, a meu ver, dessa interiorização quase inconsciente da discriminação racial no Brasil estaria na forma da ideologia racista aqui desenvolvida pelo segmento dominante da sociedade. Não sou o primeiro nem o último a falar da ideologia da democracia racial como fonte explicativa do “preconceito de ter preconceito” e dessa tendência geral do brasileiro de negar seus atos discriminatórios. Alguém já viu ou leu um documento oficial no qual essa ideologia é explicitamente formulada? Acredito que não. Estamos num país onde certas coisas graves e importantes se praticam sem discurso, em silêncio, para não chamar atenção e não desencadear um processo de conscientização (MUNANGA, 1996, p. 214.).

Esse silêncio, de acordo com autor seria parte dessa ideologia da democracia racial, que além de fortemente difundida também não pode ser discutida, logo que uma possível discussão sobre representações e pluralidade étnica já se apresenta contraditória à ideia de que o Brasil é um país de democracia racial.



Ao tratar do surgimento do mito da democracia racial, Domingues (2005) destaca que:

As ideologias são imagens invertidas do mundo real e as relações sociais de dominação as produzem para ocultar os mecanismos de opressão. Assim, o mito da democracia racial era uma distorção do padrão das relações raciais no Brasil, construído ideologicamente por uma elite considerada branca, intencional ou involuntariamente, para maquia a opressiva realidade de desigualdade entre negros e brancos (DOMINGUES, 2005, p.118).

Essa prática ainda de acordo com o autor se dá desde o período colonial e perpassa o período imperial, ou seja, a classe dominante começou a conceder ressalvas em que:

O espaço na sociedade para o negro era cedido desde que não se colocasse em risco o domínio da “raça” branca. Contudo, o mito da democracia racial inverteu o eixo da questão: transformou a exceção em regra; o particular em universal; casos isolados em generalizações. Aproveitaram-se os raros exemplos de negros e “mulatos” que se projetaram socialmente e os adotaram como modelo do sistema racial (DOMINGUES, 2005, p. 119).

O mito da democracia racial desempenha um papel como dispositivo de manutenção do status brasileiro de um país sem preconceitos, onde é possível sim para a população negra ascender, essa negação do preconceito racial ajudava a desarticular uma luta política antirracista, dificultando o reconhecimento da discriminação, se faz importante ressaltar também que o mito da democracia racial ainda permeia a sociedade brasileira.

Práticas como essa contribuem para a segmentação social e somada com o racismo estrutural de acordo com Almeida (2018) as consequências desse mecanismo constituem uma estratificação social intergeracional, afetando a vida de todos os membros de determinado grupo social, prejudicando também suas chances de ascensão social, material e de reconhecimento.

O racismo na sociedade brasileira se apresenta de diversas formas, entre elas a estrutural e institucional sua característica estrutural de acordo com Almeida (2018) é



algo que independe de nossa aceitação e se constitui nas relações de modo consciente e inconsciente e apresenta diferenças entre o racismo institucional e o estrutural.

O racismo desse modo interfere não só nas questões de representatividade, principalmente quando tratamos da presença de pessoas negras e de outras minorias dentro dos espaços de poder.

Essas mulheres enfrentam uma dupla resistência ao ingressar em determinados cursos, primeiro o sexismo, devido ao fato de serem mulheres, depois o racismo, ainda presente na sociedade brasileira. Posteriormente discutiremos a luta pelo direito à educação e à visibilidade que essas mulheres enfrentam neste sistema.

O espaço imposto para a população negra era o de força de trabalho. Todas as conquistas até os dias de hoje deveram-se à luta dos movimentos sociais negros. Mesmo assim, o espaço reservado para as mulheres negras na universidade ainda apresenta diversos desafios, como o racismo estrutural e um acesso que se mantém concentrado em determinados cursos.

Carneiro (2003) traz em seu texto “Mulheres em Movimento” como o protagonismo político das mulheres negras segue promovendo mudanças no cenário político através de diversos reconhecimentos. São eles: o universalismo da mulher, o reconhecimento do racismo e da discriminação racial e suas atuações relacionadas à produção e reprodução das desigualdades sociais sofridas pelas mulheres no Brasil, o reconhecimento da dimensão racial que a pobreza tem e a necessidade do corte racial na problemática da feminização da pobreza.

Os estudos sobre o acesso das mulheres à educação superior são recentes, assim como os indicadores que utilizam o critério gênero e raça. Rosemberg (2001) aponta as dificuldades encontradas em sua pesquisa, uma vez que a autora segue analisando dados relacionados à educação desde 1975 e atenta para o fato de que as pesquisas que podem indicar novos processos de discriminação têm uma difusão pequena e não são desagregadas por gênero e cor. Esse aspecto, de acordo com a



autora, impossibilita a observação da evolução da discriminação racial escolar. Apenas alguns estudos trazem dados com recorte de gênero e raça.

Ao abordar a educação superior, é importante ressaltar que o aumento populacional feminino, de modo geral, nessa modalidade educacional deve-se à expansão da escolaridade e ao crescimento do número de vagas nas universidades. Esse fenômeno ocorreu na década 1970 e, de acordo com Guedes (2008), o número de mulheres aumentou até um ano após a expansão, visto que em 1956 o número de mulheres matriculadas correspondia a apenas a 26% do total, e esses 1971 mesmo com aumento de 25% o total de matriculadas não passava dos 40%.

Essas mudanças, ainda segundo Guedes (2008), foram responsáveis pelo rompimento da tradição masculina universitária, o que fez com que as mulheres se tornassem maioria nesse espaço a partir dos anos 2000. Esse rompimento não foi suficiente, pois ainda se observa uma diferença de acesso entre mulheres negras e brancas nessa modalidade da educação formal. As mulheres negras enfrentam o racismo e sexismo dentro desses ambientes.

Mais recentemente Werneck (2013) define o racismo institucional como um mecanismo organizacional que atinge, negligência e tira legitimidade dos coletivos, chamando atenção também para como ele afeta as mulheres negras em suas oportunidades.

Dizendo de outro modo, o racismo institucional é um modo de subordinar o direito e a democracia às necessidades do racismo, fazendo com que os primeiros inexistam ou existam de forma precária, diante de barreiras interpostas na vivência dos grupos e indivíduos aprisionados pelos esquemas de subordinação deste último. Podemos perceber que, para que seja efetivo, o racismo institucional deve dispor de plasticidade suficiente para oferecer barreiras amplas - ou precisamente singulares - de modo a permitir a realização da hegemonia branca, privilegiando o interesse dos homens brancos heterossexuais em muitos aspectos, mas das mulheres brancas em vários deles (WERNECK, 2013, p. 17-18).



Logo esses dois tipos de racismos presentes na sociedade brasileira se apresentam como obstáculos para a população negra em várias frentes, inclusive na educacional, se apresentando como resultado da soma do pensamento colonial, aliado com o mito da democracia racial, criando desse modo um abismo social em que como citado pela autora acaba impondo uma hegemonia branca, heterossexual e defendendo seus interesses assim como os das mulheres brancas ou seja esse racismo opera de maneira patriarcal, heteronormativa, negando interesses, negligenciando e deslegitimando as necessidades da população negra.

Sendo assim é também necessário analisar os aspectos identitários relacionados a esse acesso, como fortalecimento da identidade negra, performatividade dessa identidade e como elas são de suma importância para o enfrentamento do racismo nesse espaço de preeminência branca.

Ao tratar de gênero e de racismo estamos falando sobre construções sociais, que permeiam nossa sociedade criando espaços hierarquizados a performatividade desempenha um papel importante dentro desses espaços, Gomes (2017) chama atenção para o fato de que ao discutir gênero é necessário se falar de performatividade ou seja sua relação com raça/etnia produz diferentes experiências para pessoas diferentes e se relaciona com o que é produzido em conjunto e em relação com os outros.

GÊNERO, IDENTIDADE E PERFORMATIVIDADE

O conceito de gênero, definido socialmente se relaciona diretamente com a construção da identidade, quando estamos falando de mulheres majoritariamente professoras, podemos observar também o modo como essa construção se apresenta na construção da identidade. Gomes (1996) chama atenção para o fato de que a identidade é construída dentro de contextos históricos e culturais influenciados pelo cotidiano e o convívio social.



Gênero e raça apresentam um caráter performativo que possui conexões teóricas com a identidade, a performatividade de gênero é um dos conceitos mais conhecidos discutidos por Judith Butler, Pinto (2007) traz o conceito de identidades performativas definindo primeiro identidade como:

O uso do termo 'identidade' para definir parâmetros culturais e linguísticos firmou-se nos últimos dois séculos como um parâmetro de definição do sujeito. Em um certo estágio avançado de sua vida psíquica e social, o sujeito poderia ser visto como estabilizado portanto, seria uma unidade representativa do conjunto de certo tipo de vida psíquica e social (PINTO, 2007, p. 13).

A identidade se encontra como um fator definidor, performativo dentro desse espaço construído em preconceitos e por vezes reproduzidor do pensamento colonial, ao tratar do aspecto performativo da raça Kilomba (2019) aborda em seu trabalho, no tópico performando a negritude, utilizando relatos de estudantes negras como essa necessidade de se tornar um representante de sua raça expressa os significados de inclusão e exclusão presentes no meio educacional, através de relatos a autora ressalta a partir da perspectiva de uma estudante, como essa performatividade acontece uma vez que, se a aluna fosse a única estudante negra na sala, cabia-lhe representar o que aquilo significava, através da performatividade da perfeição e da raça:

Esse status de ter de representar a negritude anuncia o racismo: ela tem que representar aquelas/eles que não estão lá, e pessoas negras não estão lá porque seu acesso às estruturas são negadas. Um círculo duplo, de inclusão e exclusão. E é precisamente nessa posição de destaque, de incluída em espaço de exclusão, que torna Kathleen um exemplar de sua "raça": "eu tinha, de certa forma, de representar as/os excluídas/os" (KILOMBA, 2019, p.173, 174).

Desse modo esse processo de atribuição representa uma identificação absoluta, essencialismo, em que a pessoa se torna uma "raça" e que ainda de acordo com a autora se apresenta possível graças aos mecanismos estabelecidos pelo racismo, que negam para as negras/os, o direito a subjetividade. E nesse espaço existem lugares para serem representados.



Frantz Fanon (2008) traz como exemplo o fenômeno do “esquema epidérmico racial” em que o sujeito negro é fragmentado pela sociedade em uma pessoa tripla, como um “esquema racial” guiado através de memórias, experiências, insultos, todos representados através da cor da pele.

Dessa forma essa representatividade para enfrentar o racismo institucional, que por si também possui um caráter performativo, a luta dentro espaços se constitui, ou seja, dentro das instituições, nesse caso educacionais, existe a necessidade não só de práticas inclusivas, mas também antirracistas, principalmente no que diz respeito a construção da identidade negra, de maneira que o esquema epidérmico racial, identificado por Fanon, seja desconstruído.

Ao versar sobre a construção da identidade negra Marques e Ribeiro (2019, p. 13-14) trazem que “A construção da identidade está relacionada a diversos aspectos de ordem social, psicológica, econômica e cultural, todos esses relacionados a realidade [...] construir a identidade significa comungar com seu grupo étnico e através da interação com o outro ir construindo a sua, que é individual, porém muito influenciado pela identidade coletiva [...]”.

Segundo Munanga a identidade coletiva é uma categoria de definição de um grupo:

Esta definição pode ser feita pelo próprio grupo através de alguns atributos selecionados no seu complexo cultural (língua, religião, arte, sistemas políticos, economia, visão do mundo), de sua história, de seus traços psicológicos letivos, etc., entendidos como mais significativos do que outros e que o diferenciam de demais grupos ou comunidades, religiões, nações, etnias, etc. O que ‘nós’, antropólogos, chamamos de sinais diacríticos. Trata-se aqui da identidade como categoria de autodefinição ou auto atribuição, que sem dúvida carrega uma carga de subjetividade e de preconceitos em relação aos outros grupos (MUNANGA, 2004, p. 9).

Sendo assim o reconhecimento dentro do coletivo se apresenta de suma importância, pois é através dele que se incorporam atributos culturais. O reconhecimento acontece em diversos momentos como é o caso da autodeclaração, ao se autodeclarar a acadêmica já reconhece esse pertencimento e dentro do espaço



acadêmico, ao conhecer os grupos ou Núcleo de Estudo Afro – brasileiro e indígenas - NEAB ou NEABi, que desenvolvem ações e projetos voltados para as relações étnico-raciais e políticas afirmativas, podemos inferir que podem contribuir na formação identitária e o sentimento de pertencimento.

Outra possibilidade é a participação dos acadêmicos/as, nos grupos de pesquisa e nos projetos de iniciação científica. Na UFMS tem o Grupo de Pesquisa e Estudos de Relações Étnico-raciais e Formação de Professores – Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva, que direciona seus estudos para as relações raciais, políticas afirmativas e identidade negra. (GEPRAFE). Na iniciação científica, o Programa Institucional de Iniciação Científica - PIBIC nas Ações Afirmativas dirigido às universidades públicas que são beneficiárias de cotas PIBIC e que têm programa de ações afirmativas.

Durante observação sobre constituição de identidade dentro do ambiente universitário, Marques e Ribeiro (2019), verificaram que a participação de acadêmicos em eventos do Núcleo de estudos afro-brasileiro da Universidade Federal da Grande Dourados – NEAB, foi determinante para serem adquiridos conhecimentos dos processos históricos e posteriormente possibilitou que o estudante afirmasse sua identidade, destacando a importância de que a universidade deixe de ser um espaço eurocêntrico e se torne um espaço de fortalecimento identitário.

Então se faz necessário que a universidade deixe de ser eurocêntrica e branca oportunizando assim que a população negra se sinta de fato inserida nesse espaço e logo possa fortalecer a sua identidade. Visto que muitas vezes como pontua o ex-coordenador do NEAB “porque o que acontece às vezes o indivíduo entra pelas cotas e ao invés de sair da universidade se reafirmando negro, sai como branco, isso tem a ver com essa dificuldade de reformular a própria concepção que nós temos de universidade”. E isso acontece porque o negro não se sente inserido, a universidade não lhe oferece meios de fortalecer a sua identidade nesse espaço hegemonicamente branco e que tudo que é diferente a suas características é subjugado como inferior (MARQUES; RIBEIRO, 2019, p. 15).



Espaços como o NEAB além de viabilizar esse fortalecimento e afirmação identitário auxiliam na permanência simbólica dessas graduandas. Existem dois tipos de permanência a material e a simbólica, em que a primeira representa as condições financeiras e a segunda de pertencimento ao espaço.

Fica evidente a importância de mecanismos como o NEAB dentro do espaço universitário, ao observar os trabalhos produzidos sobre o tema que incluem entrevistas de alunos que tiveram contato com o trabalho realizado nos Núcleos, Marques (2018) discute o acesso à educação superior e o fortalecimento da identidade negra nesses espaços. Das entrevistas realizadas com os ingressantes pela autora sobre o tema, se destacam

A afirmação de minha identidade foi crescendo a cada dia, pois me deparei com professores que me deram a oportunidade de participar do NEAB e de um grupo de estudos, o que me abriu a mente em relação a minha raça. Também me encontrei nas disciplinas que trabalham a relação étnico-racial, e não posso me esquecer de que participei da PIVIC e da PIBIC, o que, acredito, me auxiliou nessa afirmação. *Confesso que me sentia confuso. A universidade foi um ponto de encontro pessoal, onde pude ingressar em um ambiente tão plural que abalou minhas concepções a respeito do mundo como um todo.* Sou pardo, filho de negro com caucasiana, e me orgulho muito de minha história e de minha família. A participação nos eventos do NEAB me possibilitou o empoderamento e o conhecimento necessário para aceitar meu lugar real na sociedade: um brasileiro com os mesmos direitos de todos os outros, e não me sujeitar, abaixar a cabeça, recebendo como normais as piadinhas ignorantes e grosseiras. (Andrey, 2016, grifos das autoras).

É importante destacar a importância desses espaços que possibilitam o fortalecimento identitário, é possível inferir a partir da fala de Andrey que esse fortalecimento se deu também por meio das matérias cursadas que tinham como tema as relações étnico-raciais, programas como o Programa Institucional Voluntário de Iniciação Científica – PIVIC, o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência – PIBID e a participação no NEAB que possibilitou conforme citado pelo entrevistado um empoderamento e conhecimento.



Ao destacar o papel das disciplinas presentes nos cursos de graduação e programas que chamem atenção para as questões étnico-raciais e o papel também dos NEAB, uma vez que esse acesso à educação superior já possibilita esse contato com as discussões, ou seja mesmo que a ingressante não tenha contato com o Núcleo de Estudos Afro Brasileiro de sua instituição ela pode ter contato com as questões étnico raciais nas disciplinas e nos programas, conforme pode ser constatado a partir da fala de Andrey (2016).

Além das disciplinas e programas encontrados nas universidades, é importante ressaltar os programas de fortalecimento da agenda de gênero dentro dos cursos considerados “masculinos”, conforme citado a priori os cursos de exatas possuem pouca presença feminina e negra, logo é importante destacar dois projetos que fazem parte dessa agenda, com a finalidade não só de inclusão de mulheres de maneira geral neles, mas também de valorização feminina nessas carreiras.

Um dos projetos a que nos referimos é o Projeto de Extensão Meninas na Ciência. De acordo com Brito, Pavani e Lima (2015)

O projeto Meninas na Ciência tem como objetivo atrair meninas para as carreiras de Ciência e Tecnologia (C&T) e estimular mulheres que já escolheram estas carreiras a persistirem e se tornarem agentes no desenvolvimento científico e tecnológico do Brasil. Este objetivo é trilhado a partir da formação de alunas e alunos de graduação para difundirem a Ciência e a Tecnologia por meio da Astronomia, da Física e da Robótica em escolas públicas. Além desta função formadora na área de ciências, o projeto visa sensibilizar a comunidade acadêmica e as comunidades mais carentes sobre o papel da mulher na sociedade, contribuindo para a eliminação de estereótipos de gênero (BRITTO; PAVANI e LIMA, 2015. p. 33).

O projeto busca a eliminação dos estereótipos de gênero dentro da educação e aproxima as alunas das ciências e das universidades, possibilitando desde a escola um contato com disciplinas como robótica e a discussão das questões de gênero dentro do ambiente escolar, assim como a produção de diversos materiais relacionados a temática, tendo como objetivo não só a inclusão, mas também a permanência e conclusão das jovens nos cursos.



Outro projeto importante no fortalecimento da agenda de gênero dentro desses espaços é o Mulheres na Engenharia. Um projeto de extensão cujo objetivo é trabalhar com estudantes do Ensino Médio. Conforme definido por documento da Universidade Federal de São José em 2017²:

O intuito do projeto é apresentar a faculdade para a população da cidade, introduzir noções básicas dos cursos de engenharia da Universidade Federal de São João del Rei e transmitir para as estudantes do ensino médio conhecimentos já adquiridos pelos estudantes de ensino superior. O Mulheres na Engenharia dá, ainda, ênfase para a importância da discussão sobre igualdade e identidade de gênero no espaço acadêmico (UFSJ, 2017 p.1).

Esses programas ou mecanismos citados auxiliam não só no pertencimento étnico- racial dentro do ambiente acadêmico, mas também possibilitam a discussão de gênero nas áreas menos ocupadas por mulheres.

Na Universidade de São Paulo – USP acontece a seleção para o segundo ano do projeto Astrominas, o projeto busca aproximar jovens alunas a universidade, auxiliando na escolha e manutenção de carreiras na Ciência e Tecnologia, estimulando a presença de meninas nas ciências exatas, nessa edição existe a oferta de 600 vagas, 20% delas reservadas exclusivamente a alunas negras e indígenas, o projeto também conta com cota social.

Desse modo, é importante ressaltar que dos projetos encontrados apenas o Astrominas apresenta reserva de vagas com recorte de gênero e raça.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O espaço universitário se evidencia predominante branco, masculino e vários aspectos influenciam no acesso e permanência das mulheres negras nesse espaço, como foi possível observar a presença das mulheres negras na educação superior teve uma grande contribuição das ações afirmativas. Porém é importante destacar que as

² Disponível em: [https://www.ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/extensao/Mulheres%20na%20Engenharia\(1\).pdf](https://www.ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/extensao/Mulheres%20na%20Engenharia(1).pdf) Acesso em: 10 set 2021.



ações afirmativas somente não dão conta de aspectos como permanência e êxito nesse espaço e nem dos racismos que serão enfrentados pelas acadêmicas dentro da educação superior.

É de suma importância a discussão de raça agregada a gênero na educação para que os racismos presentes na academia sejam evidenciados e combatidos, de modo que esse espaço seja de fortalecimento e não de opressão.

As políticas afirmativas no Brasil foram importantes para a democratização do acesso à educação superior brasileira, espaço marcadamente excludente e historicamente ocupado por brancos.

Além de identificarmos a importância do acesso da população negra, destacamos que as movimentações realizadas a favor de uma agenda educacional que contemplasse gênero e raça promoveram um avanço no debate dessas políticas, bem como ampliaram a possibilidade de se investigar a ressignificação da identidade negra e a performatividade como ferramentas de enfrentamento do racismo estrutural presente na nossa sociedade.

Discutimos a performatividade, com os estudos de Kilomba (2019), Fanon (2008), Munanga (2004), e sua importância para a compreensão de que sua relação com raça/etnia produz diferentes experiências para pessoas diferentes e se relaciona com o que é produzido em conjunto e em relação com os outros.

No que diz respeito ao fortalecimento identitário e ao que significa ser negro no espaço acadêmico é importante destacar os aspectos presentes nas universidades analisadas que contribuem com o mesmo, como foi o caso das disciplinas que tratavam de questões étnico-raciais, pesquisas desenvolvidas em programas como o Programa de Iniciação à Docência – PIBID e o Programa de Iniciação Científica – PIBIC, que mesmo não tendo como objetivo principal atender as questões de raça e gênero contribuem de forma significativa a formação desses acadêmicos conforme foi percebido na fala de Andrey, na pesquisa feita por Marques e Ribeiro (2010).



Como foi o caso do como o Núcleo de Estudos Afro Brasileiros e Indígenas – NEABi e o Núcleo de Estudos Afro Brasileiros – NEAB na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS e na Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD, esses mecanismos mesmo que não funcionem como programas de fortalecimento identitário auxiliam na discussão e no debate evidenciando as dificuldades encontradas pelas acadêmicas negras e negros no enfrentamento ao racismo institucional e os impactos desse sistema educacional, proporcionando um espaço de discussão, trocas de experiência e afirmação de identidade a esses acadêmicos.

Foram encontrados alguns projetos que apresentam uma preocupação com gênero e a eliminação de práticas sexistas na educação, como foi o caso do Mulheres na Engenharia e Astrominas mas é importante ressaltar que apenas o último, em sua recente edição apresentou uma reserva de vagas com recorte não só de gênero mas também de raça.

Fica evidente a necessidade de políticas que contemplem gênero e raça dentro do espaço do acadêmico, assim como ações que visem o fortalecimento identitário e a eliminação de práticas racistas e sexistas no âmbito da educação superior.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, S. L. O que é racismo estrutural? Belo Horizonte (MG): Letramento, 2018.
- BRITO, C. ; PAVANI, D. ; P. L. Meninas na Ciência: atraindo jovens mulheres para carreiras de Ciência e Tecnologia. Revista Gênero, v. 16, n. 1, 2015. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/revistagenero/article/view/31223>. Acesso em: 2 mai. 2021.
- CARNEIRO, S. Mulheres em Movimento. Estudos Avançados, v. 17, n.49, p.117-133, 2003. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/eav/article/view/9948/11520>. Acessado em: 22. set. 2020.
- DOMINGUES, P. O mito da democracia racial e a mestiçagem no Brasil (1889 – 1930). Diálogos Latinoamericanos, Dinamarca, v. 10, nº 10, p. 117-132, 2005.
- FANON, F. Pele negra, máscaras brancas. Bahia: Edufba, 2008.
- GOMES, N. L. O movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017. 154 p.
- GOMES, N. L. Educação, raça e gênero: relações imersas na alteridade. Cadernos Pagu, nº 6-7, p. 67-82, 1996.



- GUEDES, M. C. A presença feminina nos cursos universitários e nas pós-graduações: desconstruindo a ideia da universidade como espaço masculino. *Hist. Cienc. Saúde-Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 15, supl. p. 117-132, 2008.
- IBGE. Estatísticas de Gênero. Indicadores das mulheres no Brasil. Censo Demográfico 2018. Disponível Em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_mediaibge/arquivos/9d6f4faeda1f1fb7532be7a9240cc233.pdf Acesso em: 10 fev 2021.
- KILOMBA, G. Memórias da plantação – episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.
- MARQUES, E. P. ; RIBEIRO, M. A. QUAIS AS IMPLICAÇÕES PARA O FORTALECIMENTO DA IDENTIDADE NEGRA NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR? *Práxis Educacional*, v. 15, n. 32, p. 205, 2019. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/praxis/article/view/5051>. Acesso em: 6 Sep. 2021.
- MARQUES, E. P. O acesso à educação superior e o fortalecimento da identidade negra. *Revista Brasileira de Educação*, v. 23, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/VW9YBNPcKcfrnqtyMCMcVxm/?lang=pt>. Acesso em: 6 ago. 2021.
- MARQUES, E. P. S. O Programa Universidade para Todos e a inserção de negros na educação superior: a experiência de duas instituições de educação superior de Mato Grosso do Sul - 2005-2008. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de São Carlos, 2010.
- MUNANGA, K. Estratégias e poéticas de combate à discriminação racial. São Paulo: EDUSP; Estação Ciência, 2004.
- MUNANGA, K. As facetas de um racismo silenciado. In: L.M. Schwarcz & R. da S. Queiroz (Orgs.), *Raça e diversidade* (pp. 213-229). São Paulo: EDUSP, 1996.
- MBEMBE, A. *Necropolítica*. São Paulo: nº1, 2018.
- PINTO, J. Conexões teóricas entre performatividade, corpo e identidades. *Delta*, São Paulo, vol. 23, n. 1, 2007.
- QUIJANO, A. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (Org.). *A Colonialidade do Saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p.116-142.
- ROSEMBERG, F. Educação formal, mulher e gênero no Brasil contemporâneo. *Rev. Estud. Fem.*, Florianópolis, v. 9, n. 2, p. 515-540, 2001. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-26X2001000200011&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 26. Jun. 2020.
- WERNECK, J. *Racismo Institucional: uma abordagem conceitual*. Brasília.2013.